

# ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO IF GOIANO - CAMPUS RIO VERDE: CAMINHOS E PERCEPÇÕES

Sara Silva Carvalho<sup>1</sup>

Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Calixto Júnior de Souza<sup>2</sup>

Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde

Eixo Temático 1: Do Direito à Educação: Políticas de Acesso, Permanência e Qualidade Social.

## Resumo

Entende-se que o processo de inclusão não é algo novo e, por sua vez, inacabado, dessa forma é preciso repensar como esse processo se materializa no âmbito educacional de modo a investigar as potencialidades e os retrocessos do IF Goiano - Campus Rio Verde. Com isso, o objetivo deste projeto de extensão é investigar a acessibilidade neste campus, com o intuito de verificar o acesso considerado como arquitetônico, já que faz-se necessário prezar pelo acesso, permanência e êxito do alunado. Para tanto, no que concerne à metodologia, buscaremos utilizar de um estudo com base exploratória de modo a cunhar a análise da estrutura física do locus desse estudo. No que tange aos resultados esperados, almeja-se que as barreiras que se tornam empecilho para o processo de inclusão educacional sejam discutidas e modificadas, por meio de medidas que possam auxiliar na melhoria da acessibilidade desta instituição, face aos entraves de acesso bem como dos recursos. Assim, ressalta-se a importância deste projeto de inclusão no âmbito do IF Goiano, bem como relevância deste estudo para a melhoria do processo de inclusão educacional, garantindo a inclusão e permanência do alunado em condição de deficiência, ou que possui mobilidade reduzida.

**Palavras-chave:** Acessibilidade; Inclusão; Educação Especial

## 1 INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciências Biológicas pelo IF Goiano – Campus Rio Verde. E-mail: [sarasilva20152016@gmail.com](mailto:sarasilva20152016@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutor em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. E-mail: [calixto.souza@ifgoiano.edu.br](mailto:calixto.souza@ifgoiano.edu.br).

Considerando a acessibilidade física um dos pilares para a materialização do processo de inclusão educacional (CAVALHER; OLIVA, 2014), faz-se necessário analisar os parâmetros técnicos concebidos pela ABNT 9050, com o intuito de investigar o avanço e/ou retrocesso das normas mínimas de acessibilidade do IF Goiano - Câmpus Rio Verde, que possam contribuir para o fácil acesso das pessoas com mobilidade reduzida bem como para as demais pessoas, cabendo a adequação dos espaços. Com isso, este projeto é inovador no sentido de demonstrar as lacunas de uma estrutura que já está posta, mas que poderá ser modificada com o intuito de atender as demandas e necessidades do grupo em questão.

A utilização de dispositivos móveis e sensores integrados a esses dispositivos (ex.: GPS), e os dados coletados utilizando essa estrutura, têm possibilitado o desenvolvimento de análises cada vez mais detalhadas sobre os mais diversos objetos de estudo, sejam eles o trânsito em cidades (ENGELBRECHT et al., 2015) ou mesmo trajetórias no interior de prédios (ZHOU et al., 2015).

Uma de suas vantagens é o custo relativamente baixo associado a aquisição de dados. Além disso, a utilização de posicionamento combinado por GPS e localização dada pela operadora de telefonia, possibilita que tais dispositivos forneçam uma precisão de até cinco metros de distância, que pode ser ainda melhorado utilizando dados de outros sensores do smartphone (AL-HAMAD e EL-SHEIMY, 2014).

Dessa forma, a aquisição de dados relativos aos trajetos de transeuntes no campus do IF Rio Verde, utilizando essa estrutura, possibilita uma análise complementar sobre aspectos de acessibilidade arquitetônica, contribuindo para a análise de adequação atual e eventual planejamento de ajustes sobre esses aspectos.

Partindo do pressuposto que a inclusão, no seu sentido genérico, apresenta um contexto de continuidade, o presente projeto trata do tema como um processo que envolve uma gama de fatores intrínsecos à acessibilidade. Isso resulta em uma dinamicidade do processo, qual seja: as exclusões veladas proporcionarão posturas de inclusão, assim como no ato da inclusão poderão existir práticas excludentes e, portanto, a exclusão está intrinsecamente ligada à inclusão. Exemplificando, um aluno poderá ser incluído em um contexto dos processos de ensino e aprendizagem, contudo, em outro contexto, poderá ser

excluído, cabendo, portanto, à escola e ao professorado adotarem mecanismos inclusivos para desvelar as práticas excludentes. Tal exemplo justifica a continuidade posta pelo processo de inclusão educacional.

Cruz e Glat (2014) utilizam a metáfora da orquestra para explicar a sincronia do processo de inclusão educacional, cuja essência é que cada instrumento musical funcione de forma harmônica, concebendo, portanto, um trabalho coletivo e articulado. Tal pensamento pode ser comparado com o processo de inclusão educacional, em que o sistema de ensino deverá conceber um trabalho em equipe e colaborativo para lidar com os desafios vindouros de tal processo.

[...] temos na metáfora da orquestra uma ideia consistente, com certa perenidade, capaz de atravessar eras, mas sujeita a releituras que a aprimoram ao mesmo tempo que a rememoram e preservam. Dezenas de instrumentos que, desarticulados, descombinados, fadam ao desafino e torturam quem os ouve. O aprimoramento individual e coletivo, de cada instrumento específico, e da orquestra no geral, aproxima-nos da composição de nosso sistema de ensino; afinar-se internamente, cada segmento, para buscar na sequência uma afinação coletiva, orquestrada, ainda que por um breve espaço/tempo, para harmonizar as ações e os sons (CRUZ; GLAT, 2014, p. 270).

O Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde vem mostrando um grande crescimento de matrículas entre eles alunos com alguma deficiência, sobretudo física. Com isso, é necessário que o próprio instituto se modifique para tornar o ambiente acessível para todos os alunos.

A acessibilidade é essencial para a segurança, como a eliminação de barreiras físicas ou ambientais nas salas de aulas, bibliotecas, laboratórios, praças, refeitórios entre outros. É fundamental que nesses espaços tenham a presença de rampas, elevadores adaptados, banheiros adaptados, piso tátil, e assim por diante, como o padrão apresentado pela NBR 9050 (ABNT, 2015).

É notável que a acessibilidade arquitetônica é fundamental para a análise dos dados, constatou-se de que há necessidades de alterações para propiciar e garantir a acessibilidade com segurança e comodidade. Deste modo, fazem necessárias a implantação de medidas adaptativas com o intuito de tornar cada vez mais presente a inclusão e acessibilidade à pessoa com necessidades especiais (CASTRO et al., 2018).

Este projeto tem como objetivo geral investigar o processo de inclusão educacional no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano (IF Goiano) – Campus Rio Verde, com vistas a trilhar os

caminhos, desafios e avanços na acessibilidade à luz da norma NBR 9050 (ABNT, 2015). E como objetivos específicos: investigar a acessibilidade do IF Goiano - Campus Rio Verde na sua plenitude arquitetônica; constatar as barreiras, entraves e caminhos para se avançar em uma acessibilidade plena deste campus; analisar a acessibilidade com um direito de ir e vir das pessoas público-alvo da acessibilidade arquitetônica e atitudinal; e difundir e divulgar os dados analisados com o intuito de melhorar cada vez mais a acessibilidade deste campus.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

É sabido que a inclusão acolhe todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino, independente da classe social, cor, condições psicológicas e físicas. Todos possam participar de qualquer atividade dos ambientes sociais sem sofrer nenhum tipo de preconceito. No contexto escolar é garantido que todos devem ter acesso à escola desde a educação infantil, sem discriminação, seja por condição física ou motora.

As normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) têm respaldo no Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que acentua os princípios de acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Em seu art. 8º é possível identificar os conceitos de acessibilidade e de barreiras, tão importantes para o entendimento do que vem a ser um ambiente acessível.

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se: I - acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; II - barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. (BRASIL,2004).

A acessibilidade pode ser considerada a qualidade do que é acessível, garantindo segurança e autonomia de espaços e equipamentos urbanos, informações, comunicações, transportes e inclusive seus sistemas e tecnologias, dentre outros. A acessibilidade arquitetônica visa remover as barreiras físicas, ambientais, nas residências, equipamentos urbanos e edifícios. As referências mais comuns são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.

A deficiência deixa de ser um atributo da pessoa e passa a ser o resultado da falta de acessibilidade que a sociedade e o Estado possuem enquanto características intrínsecas de cada um. Ou seja, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) mostra que a deficiência está no meio, não nas pessoas. Então, quanto mais acessos e oportunidades uma pessoa dispõe, menores serão as dificuldades consequentes de sua característica (GABRILLI,2016).

As pesquisas mostram e apontam dados sobre a acessibilidade que tornam a mobilidade enquanto fundamental para cada pessoa. Assim, podem-se verificar por meio das obras citadas que a acessibilidade vem sendo tratada com uma grande responsabilidade. Essas análises são fundamentais e fornecem informações valiosas para cada contexto, permitindo favorecer às pessoas com alguma deficiência ações que sejam corretivas e preventivas.

A inclusão é um desafio para a realidade escolar, já que sua concretude perpassa por uma reestruturação do contexto escolar como a própria função social da escola. Sobretudo, é preciso transcender os velhos paradigmas que regem a educação brasileira (MANTOAN, 2003), cuja essência seria avançar no sentido de superar os efeitos negativos do modelo tradicional de ensino. Além disso, importante frisar a dicotomia entre a formação de professores generalistas e especialistas para atuarem no ensino regular com as pessoas em condição de deficiência. Isso porque os professores generalistas deveriam assumir os conhecimentos ligados ao processo de inclusão educacional, ao passo que os professores especialistas deveriam se apropriar dos conhecimentos pedagógicos dos demais alunos (BUENO, 1999).

Diante deste panorama, é necessário construir um pensamento de valorização das diferenças e da diversidade para o alunado desde o início da instrumentação do saber. Considera-se que a inclusão só se efetivará por meio de uma acessibilidade atitudinal que, grosso modo, induzirá a quebra

de barreiras que tanto impedem a efetivação do processo de inclusão educacional, sobretudo para o alunado em condição de deficiência.

O termo acessibilidade muitas vezes é confundido como somente o acesso, colocam-no como condição da pessoa, o que é um equívoco. Segundo Manzini (2014), a acessibilidade deve ser assumida em um contexto mais amplo, pois o termo acessibilidade diz respeito a todas as pessoas com deficiências ou com alguma mobilidade reduzida, tendo em parâmetro o conceito contido no art. 8º da NBR 9050 sobre esse termo que, por sua vez, reza pelo direito de ir e vir de todas as pessoas (ABNT, 2015). Sendo assim, as condições abrangidas por esse termo devem estar inseridas nos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informações e comunicações, e não nas pessoas ou usuários.

A acessibilidade arquitetônica, por exemplo, é imprescindível para o processo de inclusão educacional, pois ela pode facilitar ou impedir a locomoção do alunado, sobretudo em condições de deficiência. Sendo assim, a falta de acessibilidade também pode ser fator de exclusão e, dessa forma, comprometer o processo de inclusão. Diante desta situação, Manzini (2014) relata que a acessibilidade tem o poder de incluir ou excluir, pois inclusão e acessibilidade são complementares, quando não existe uma a outra também não existe. Sendo assim, sempre que não há acessibilidade, a exclusão é quase certa.

[...] se o desejo é o de controlar a presença de pessoas em determinados ambientes, edificações inacessíveis com acesso restringido, podem ser construídas. A história tem demonstrado que fontes medievais eram construídas para que fossem inacessíveis para os inimigos do rei, que muralhas foram construídas para separar países, dentre vários outros de formas para excluir pessoas. (MANZINI, 2014, p. 24).

### **3 METODOLOGIA**

Em relação aos materiais e métodos utilizados, especificamente no tocante à classificação quanto aos objetivos deste estudo, tem-se como referencial o procedimento de análise do tipo exploratório, pois segundo Gil (2002), esse procedimento é adotado em pesquisas que possibilitam uma visão geral sobre a temática estudada, de modo a compreender acerca de determinado fato. Acima de tudo, o tipo exploratório é utilizado quando o tema escolhido é pouco explorado e, dessa forma, fica difícil de presumir e formular hipóteses coesas e definidas. De acordo com o autor supracitado, as pesquisas

exploratórias exigem um menor grau de rigidez no planejamento e, por sua vez, acolhem o levantamento bibliográfico e documental, bem como os estudos de caso.

Para tanto, este artigo possui como base a norma ABNT 9050, por meio de uma análise técnica, com vistas a debruçar nos avanços e/ou retrocessos da acessibilidade no âmbito do IF Goiano - Campus Rio Verde. Com isso, este projeto adotou a seguinte estrutura de execução: 1) Agosto-Setembro: Registro por meio de imagens fotográficas georreferenciadas das barreiras e dos avanços da acessibilidade do Campus Rio Verde; Aquisição de dados georreferenciados de trajetos utilizando smartphone; 2) Outubro-Novembro: Visualização dos dados de marcação do trajeto em software de informação geográfica (GIS); 3) Dezembro- Janeiro: Visualização do perfil de elevação do trajeto em software de informação geográfica (GIS); geográfica (GIS); 3) geográfica (GIS); 3) Dezembro- Janeiro: Visualização do perfil de elevação do trajeto em software de informação geográfica (GIS);



**Vista superior do campus Rio Verde do IF Goiano.** Os alfinetes apontam cada um dos locais retratados no decorrer desse trabalho.

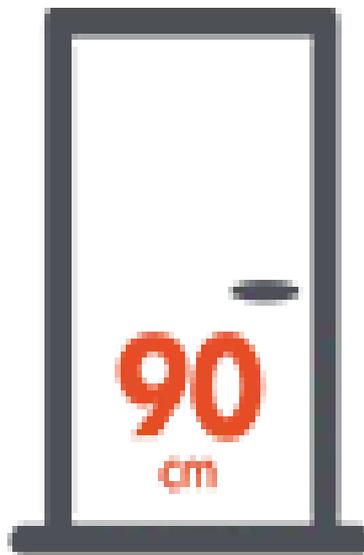
#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A presença de alunos com deficiências ou com dificuldades de locomoção nas instituições vem trazendo mudanças, dentre elas em espaços não acessíveis. Ao investigar a acessibilidade no espaço físico do Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde, depara-se com o registro de imagens de lugares não acessíveis e acessíveis, por meio da utilização de trena para medidas e uma câmera para fotografar o mesmo.

O direito à acessibilidade, quando restrito em instituições de ensino, priva a pessoa com deficiência física não somente do direito de circulação, mas também do direito constitucional à educação (KUR, 2019).

Em relação à circulação e manobras, nos pontos não acessíveis, o padrão apresentado pela NBR 9050 (ABNT, 2015), é representado na figura 1 em relação à largura da porta dos banheiros.

**Figura 1-** Largura da porta do banheiro



Fonte: (ABNT,2015)

Nas figuras 2 e 3 mostram as portas da coordenação PPGA e a das salas dos professores, onde ambos não apresentam locomoção acessível.

**Figura 2-** Largura da porta do banheiro da coordenação PPGA



Fonte: Capturada pelos autores

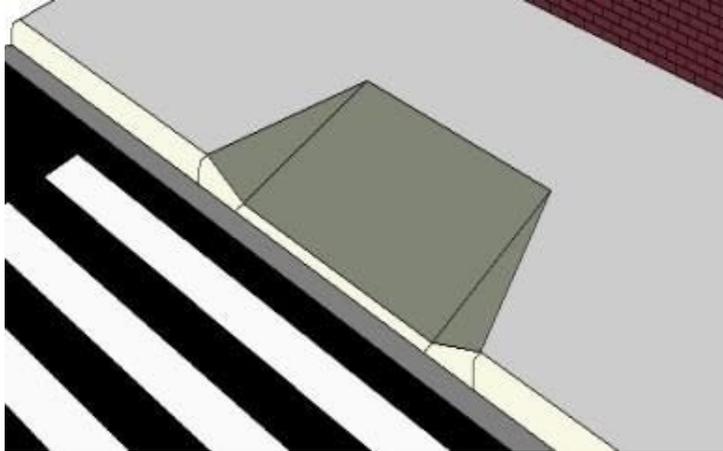
**Figura 3-** Largura da porta do banheiro da sala dos professores



Fonte: Capturada pelos autores

Ao analisar as fotografias e notável que a figura 2 e 3 o acesso é inacessível, portanto ao analisarmos na ABNT, verificamos que o tamanho mínimo de uma porta é de 0.90cm, portanto, ambas as portas não atingiram o tamanho adequado. Tendo como base a figura 4, ao deparar com rampas, esta é a projeção ideal:

**Figura 4-** Rampas acessíveis em lugares de para locomoção (ABNT, 2015)



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 5-** Bloco de Salas de aula no pavilhão de engenharia de alimentos, sem rampas



Fonte: Capturada pelos autores

Na figura 5, vemos que rampas são necessárias para mobilidade não só de cadeirantes, como também de pessoas com deficiência visual, ou pessoas com dificuldade de locomoção. De acordo com a ABNT 9050: “6.13.1 As passarelas de pedestres devem ser providas de rampas, ou rampas e escadas, ou rampas e elevadores, ou escadas e elevadores, para sua

transposição”. As rampas, escadas e elevadores devem atender ao disposto nesta Norma. ABNT, 2015).

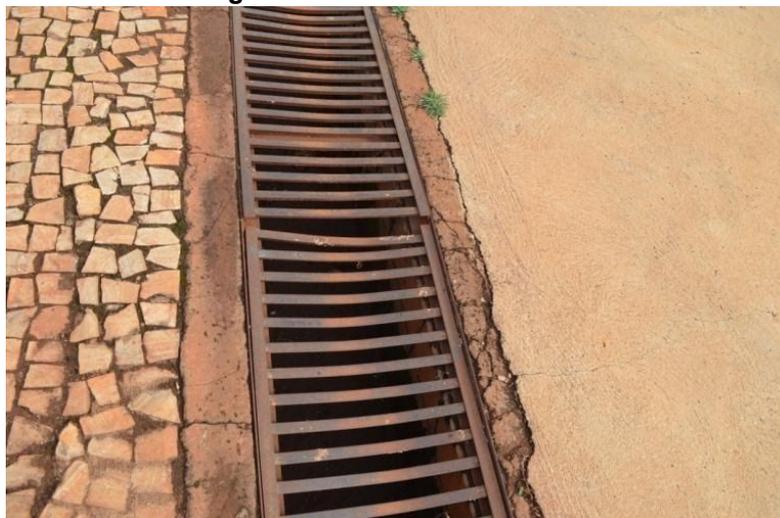
Observando as figuras 6 e 7, a vala logo na entrada da biblioteca, não só atrapalha como impossibilita a entrada em certas circunstâncias. Diante a grade larga pode ocorrer que a cadeira acabe ficando presa. Logo, também vemos na figura 10 se tem o mesmo problema da figura 7

**Figura 6-** Entrada da biblioteca



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 7-** Entrada da biblioteca



Na figura 8, a rampa muito longa sem corrimão, pode causar quedas. De acordo com a ABNT, "10.4.1 Os corredores de circulação da plateia devem ser livres de obstáculos. Quando apresentarem rampa ou degrau, deve ser instalado pelo menos um corrimão".

**Figura 8-** Rosa dos saberes



Fonte: Capturada pelos autores

Na figura 9 é possível destacar a saída do instituto, em que apresenta vários buracos e um piso irregular:

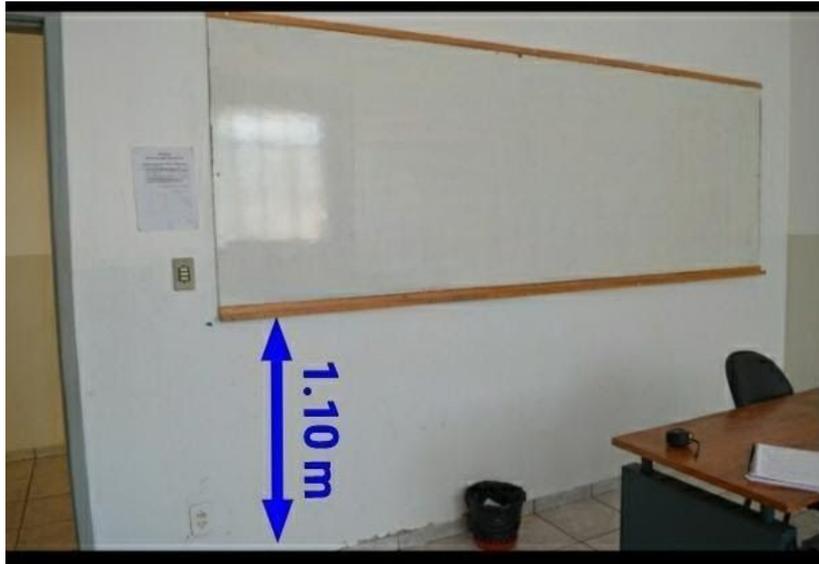
**Figura 9-** Saída do instituto



Fonte: Capturada pelos autores

Ao analisar a figura 10 de comparar com a ABNT 9050 (10.15.7 As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira derodadas).

**Figura 10-** Bloco de sala de aula 3



Fonte: Capturada pelos autores

Ao examinar o Instituto enquanto avanço, nele encontra lugares acessíveis, que foram adaptados para receber os alunos:

Figura 11 - Bloco de Salas de aula no pavilhão de engenharia de alimentos, com rampa



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 12-** Bloco de Salas de aula no pavilhão de engenharia de alimentos, com rampas



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 13-** Ida para o pavilhão das engenharias, piso tátil



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 14-** Virada nos blocos de engenharia, piso tátil



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 15-** Assistência estudantil, rampas com corrimão



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 16-** Bloco 3 de salas de aulas – Banheiro Adaptado



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 17-** Bloco 3 de salas de aulas, porta adaptada



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 18-** Entrada do instituto, com rampa e com faixa de pedestres



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 19-** Auditório Jatobá, Piso tátil



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 20-** Auditório Jatobá, com rampa com piso tátil



Fonte: Capturada pelos autores

**Figura 21-** Rampa com corrimão



Fonte: Capturada pelos autores

Ao observar as figuras 11, 12, 15 e 21 notamos que a rampa e a inclinação de um piso longitudinal ao sentido do encaminhamento com densidade igual ou superior a 5%, conforme a ABNT, 2015. As rampas mostradas coincidissem com a inclinação certa, portanto é de fácil acesso estes lugares.

Já as figuras 13, 14, 18 e 19 mostram a acessibilidade em forma de pisos táteis, este piso é utilizado para apontar circunstâncias que envolvem risco de segurança. O piso tátil de alerta deve ser cromo-diferenciado ou deve estar relacionado à faixa de cor contrária com o piso próximo, conforme a figura 15. Logo a figura 68 mostra um assento sanitário. Os sanitários devem cumprir aos padrões da ABNT, 2015, no que diz respeito à instalação de acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance.

A figura 19 mostra a porta acessível, com o tamanho mínimo de 0,90m.

Ao analisar a figura 18 e 21 sinalizada a faixa de pedestres, em direção a rampa, destinada a promover a concordância entre os níveis das calçadas em ambos os lados da via.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A intenção deste trabalho foi a de investigar a acessibilidade arquitetônica do IF Goiano/Campus Rio Verde, de modo a constatar as lacunas, avanços e retrocessos para o alunado em condição de deficiência. Isso porque tais alunos têm o direito de serem matriculados na educação básica, profissional e

superior e, portanto, cabe à instituição educacional, à família e à sociedade proporcionar um ambiente fecundo para a materialização de tal processo. Nesta instituição ressalta-se, por um lado, a presença de vários pontos positivos que atendem a NBR 9050 com vistas a potencializar o acesso e a permanência dos alunos em condição de deficiência como, por exemplo, a estruturação de rampas de acesso. Tal ponto de vista determina um avanço para a acessibilidade desta instituição, pois, preza pela permanência do processo de inclusão educacional. Por outro lado, foram encontradas várias barreiras arquitetônicas que podem impedir a locomoção de pessoas em condição de deficiência física ou com mobilidade reduzida, como gestantes e obesas. Sendo assim, após as análises, ficou evidente que a estrutura física da instituição deixa a desejar no quesito acessibilidade, sobretudo no cumprimento do que diz a norma NBR 9050.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. **NBR 9050:** Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Terceira edição, 2015.
- AL-HAMAD, A.; EL-SHEIMY, N. **Smartphones based mobile mapping systems.** The International Archives of Photogrammetry, Remote Sensing and Spatial Information Sciences, 40(5), p. 29, 2014.
- BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, 2004.  
Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>.  
Acesso em: 16 mai. 2016.
- BUENO, J. G. S. **Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores:** generalista ou especialista. Revista Brasileira de Educação Especial, Piracicaba-SP, v.3, n.5, p.7-25, 1999.
- CASTRO, G. G et al. **Inclusão de alunos com deficiências em escolas da rede estadual:** um estudo sobre acessibilidade e adaptações estruturais. Revista Educação Especial, v.31, n.60, p.93-106, jan./mar, 2018.
- CAVALHER, D. Z.; OLIVA, D. R. S. D. **Acessibilidade em cinco escolas de Concórdia:** percepções de professores, gestores e pais de alunos com deficiência física. Ágora: Revista de Divulgação Científica, v. 19, n. 1, p. 26-37, jan./jun., 2014.

- CRUZ, G. C; GLAT, R. **Educação Inclusiva: desafio, descuido e responsabilidade de cursos de licenciatura.** Educar em Revista, Curitiba, n.52, abr./jun. 2014.
- ENGELBRECHT, J., BOOYSEN, M. J., van ROOYEN, G. J., BRUWER, F. **J. Survey of smartphone-based sensing in vehicles for intelligent transportation system applications.** IET Intelligent Transport Systems, 9(10), p. 924-935. (2015).
- GABRILLI, M. **Cartilha da Lei Brasileira de Inclusão. Estatuto da Pessoa com Deficiência.** Brasília, p. 12, 2016.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KUR, Priscila Schmitz. **Estudo preliminar de acessibilidade arquitetônica no Instituto Federal Goiano – Campus Rio Verde. 2019.** 73 p. Monografia (Curso de Bacharelado de Engenharia Civil). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde, Rio Verde, GO, 2019.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira.** Movimento, Niterói, v.7, n.5, p.11-18, 2003.
- MANZINI, E. J. **Considerações teóricas sobre acessibilidade: da definição às concepções atuais.** In: MANZINI, E. J.; CORRÊA, P. M. Avaliação de acessibilidade na educação infantil e no ensino superior. São Carlos: APBPEE, 2014. p.17-27.
- UNESCO, Ministério da Educação de Jomtien. **Declaração Mundial sobre Educação Para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien: UNESCO, 1990.
- UNESCO, Ministério da Educação e Ciência da Espanha. **Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área da necessidade educativas especiais.** Conferência Mundial sobre as necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Espanha: UNESCO, 1994.
- ZHOU, B., LI, Q., MAO, Q., TU, W., ZHANG, X., CHEN, L. **ALIMC: Activity landmark-based indoor mapping via crowdsourcing.** IEEE Transactions on Intelligent Transportation Systems, 16(5), p. 2774-2785, 2015.